



SUA EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA

Cortina de fumaça?

O presidente Michel Temer abriu uma agenda positiva ao focar na segurança com a intervenção no Rio de Janeiro, os planos de concursos na PF e PRF e o crédito bilionário para os estados equiparem as suas polícias. No entanto, em um País cujo cenário é de recente crise e mais de 12 milhões de desempregados, essas e outras medidas, como o perdão do Refis, serão efetivas ou cortina de fumaça? Temer terá de demonstrar, mas já acumula outra preocupação: o inquérito em que será investigado. PANORAMA >> PÁGS. 9 A 11

Um campo minado na agenda federal

O Planalto saiu de uma pauta pessimista para anúncios bilionários. Uma reviravolta que não está imune a riscos

REBECA SILVA
ULYSSES GADÉLHA

Em um curto espaço de cerca de 20 dias, o Brasil parece ter saído do cenário de rombo fiscal e aperto de gastos para virar "um País das maravilhas". A economia deu sinais de recuperação, os prefeitos tiveram uma ajuda financeira para fechar as contas de R\$ 2 bilhões e um plano nacional de segurança pública parece sair do papel. Um cenário que deixou otimistas o presidente Michel Temer (MDB) e os auxiliares. O conto de fadas, contudo, revela um campo minado que pode ser revertido em problemas no futuro.

De olho na recuperação do seu governo em ano eleitoral, o gestor investiu na pauta da segurança pública, a partir de pesquisas da sua equipe de marketing. Mas, o resultado da empreitada pode não ser o esperado e se tornar frustração. O adiamento de pautas como as reformas da Previdência e Tributária em prol da intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro pode comprometer a arrecadação e o poder de investimento do Executivo a médio e longo prazos.

Por outro lado, a pauta positiva tocada pelo Palácio do Planalto é ameaçada por uma ofensiva do Judiciário que pode prejudicar a recuperação da imagem do presidente. Na última sexta-feira, o chefe do Executivo federal se tornou réu no inquérito do Supremo Tribunal Federal (STF) que investiga repasses de propinas da Odebrecht para campanhas eleitorais do MDB e as investigações que apuram as supostas propinas pagas por Temer na edição do Decreto dos Portos avançam no Judiciário.

Apesar de ameaçar a imagem pessoal de Temer, as investigações não possuem efeito prático. Mesmo



com o nome incluído no processo, ele não pode ser denunciado porque a apuração se refere a fatos ocorridos antes de o emedebista assumir a Presidência. Pela Carta Magna, o presidente não pode ser denunciado por fatos estranhos ao seu mandato. Desta forma, Temer só pode ser responsabilizado quando deixar o Planalto.

Cortina de fumaça

Sem conseguir viabilizar as principais pautas do Governo e recu-

parar sua popularidade, Michel Temer anunciou uma série de ações voluptuosas no último ano da sua gestão. A agenda positiva incluiu o perdão de R\$ 62 bilhões em dívidas do Refis, o repasse de R\$ 2 bilhões para os prefeitos, a redução de juros, R\$ 42 bilhões para os governadores na área de segurança pública e intervenção federal no Rio de Janeiro. Se derem certo, o emedebista poderia melhorar sua popularidade e tentar se cacifar para as eleições. O discurso, con-

tudo, é bastante diferente do alardeado no ano passado, quando o Governo Federal anunciou que a meta de déficit primário de 2017 e 2018 seria de R\$ 159 bilhões, admitindo na prática que não conseguiria fechar as contas públicas dentro da previsão orçamentária para estes anos.

Além disso, o gestor deve ficar atento para o impacto dos anúncios feitos no equilíbrio das contas a médio e longo prazo, em especial, por conta da incógnita que se tor-

nou a reforma da previdência - uma pauta que, há poucos meses, era tratada como a pauta de salvação para tirar o País do buraco, que registra ainda mais de 12 milhões de desempregados.

Para o professor da **Unicamp**, Guilherme Santos Mello, as medidas de Temer, vistas como populistas - por objetivarem a corrida eleitoral, é uma tentativa do governo de mostrar que ainda tem agenda econômica, após a retirada da reforma da previdência de pauta.

Continuação

O presidente Michel Temer e o ministro Henrique Meirelles deixaram a pauta da austeridade fiscal para investir em medidas populares. A estratégia já foi utilizada em ano de eleição na campanha de Dilma Rousseff



“

AO TEMER ESTÁ FAZENDO UMA MOVIMENTAÇÃO MUITO NÍTIDA DE CAMPANHA. ESSE NÃO É UM DISCURSO ADMINISTRATIVO. É UM DISCURSO ELEITORAL”

■ RUDÁ RICCI, CIENTISTA POLÍTICO

"O governo antes apostava muito na regra de gastos, nas reformas e mudanças tributárias. Isso se reflete em impopularidade. Sobrou para ele fazer anúncios, de tentativa de política, para demonstrar que o governo não acabou. Uma medida mais que populista para sinalizar que o governo não está parado, que tem agenda", avaliou o especialista. Ele afirmou ainda que as isenções provisórias do Refis, quando propostas de forma constante e sucessiva, podem funcionar como incentivo à sonegação de impostos.

"A qualidade da política é questionável. Quem está ganhando com Refis? De fato, o Refis não gera gasto, mas cria incentivos a não recolherem os impostos", criticou. Apesar de reduzir as dívidas das empresas, ele acredita que não é a isenção provisória que fará aumentar os investimentos de empresas no País. "São fatores que estão fora do alcance do governo. Se a boa safra do ano passado se repetir e o setor externo continuar bem é um alívio para o governo".

O economista e ex-presidente do Cofecon, José Luiz Pagnussat, pondera, no entanto que a margem de teto de gastos de R\$ 3,5 trilhões conquistada com a redução de gastos, reestabelecimento da meta fiscal e a recuperação econômica pode ser facilmente alcançada. "O fato é que a intervenção implica gastos e já que botou a mão no problema, tem que gastar. O teto dos gastos tem folga porque tivemos anos dramáticos e continua forte porque muitas despesas estão com restrição. Uma folga, entretanto, que rapidamente pode ser alcançada quando há ação mais incisiva para resolver problema da sociedade, como o da segurança", explicou José Luiz.

Embora os gastos públicos possam voltar a ficar no limite, o professor de Finanças do Ibmec/RJ e Economista da Órama, Alexandre Espírito Santo, afirmou que se tratam de medidas de curto prazo, sem forte impacto na economia. Ele alerta que o grande problema das medidas e da intervenção federal no Rio de Janeiro é que o Executivo teve que suspender as reformas da Previdência e Tributária. "Esse é o grande nó da questão. Em um período de 5 a 6 anos, do jeito que está indo, sem que algo seja feito para reverter, toda a arrecadação ficará comprometida. Não vai conseguir investir em nada porque a previdência todo ano cresce. Tudo que se arrecada será para pagar despesa corrente e de previdência",

opinou. No ano passado, a União especulava um rombo de cerca de R\$ 600 milhões.

Por ser ano eleitoral, temas espinhosos como a reforma da previdência, dificilmente conseguem passar no Congresso. Mas, de acordo com o estudioso, serão necessárias medidas amargas para garantir a continuidade do crescimento econômico. "O país envelheceu. Precisamos fazer a reforma. Se não fizer, vamos precisar ser uma China, que cresce 5 ou 7% ao ano para arrecadar de imposto e fazer investimento. A questão da segurança pública só tende a se acentuar no Governo Temer, comprometendo o equilíbrio da gestão. Assim como seus antecessores, Temer está fazendo um movimento eleitoral para derrubar sua impopularidade, partindo para um "tudo ou nada". Nessa hora, as contas públicas, que eram o foco da sua gestão de austeridade, sob a batuta do presidencial ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD), ficaram de lado.

Campanha

Durante os próximos sete meses, até a eleição, os analistas acreditam que a "pirotecnia" sobre a segurança pública só tende a se acentuar no Governo Temer, comprometendo o equilíbrio da gestão. Assim como seus antecessores, Temer está fazendo um movimento eleitoral para derrubar sua impopularidade, partindo para um "tudo ou nada". Nessa hora, as contas públicas, que eram o foco da sua gestão de austeridade, sob a batuta do presidencial ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD), ficaram de lado.

"O Temer está fazendo uma movimentação muito nítida de campanha. Esse não é um discurso administrativo, é um discurso eleitoral. A ideia era estancar as contas, sanar o déficit, mas agora a tática é o vale tudo", pondera Ricci.

O economista Alexandre Espírito Santo reforça que é uma estratégia comum em ano eleitoral. "Políticos agem movidos pela vontade

de se eleger, é uma demanda normal, não é coisa de outro mundo", pontua o economista. No primeiro ano da gestão, Temer tocou a PEC do Teto dos Gastos, a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista. A Reforma da Previdência foi arastada até onde pôde, mas foi encerrada por uma questão eleitoral.

Velhos fantasmas

A tática de priorizar a corrida eleitoral ao equilíbrio das contas públicas é antiga e que desperta pesadelos conhecidos pelos brasileiros. Nas vésperas da eleição de 2014, a ex-presidente Dilma Rousseff não foi clara sobre os ajustes fiscais que necessitaria fazer para arrumar as contas públicas e chegou a ser acusada de "estelionato eleitoral", quando colocou Joaquim Levi à frente do Ministério da Fazenda, tocando uma pauta de austeridade. Quando preparou a candidatura de Dilma, em 2010, o ex-presidente Lula também amenizou os efeitos da crise econômica internacional, chamando de "marolinha" o impacto que deu início à onda de desemprego no País.

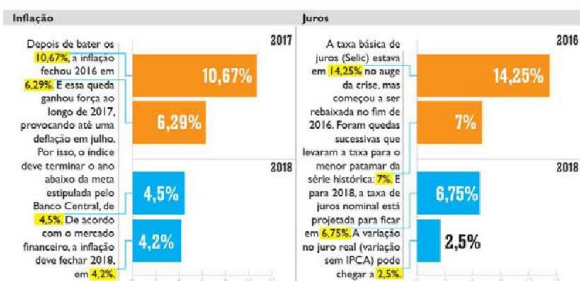
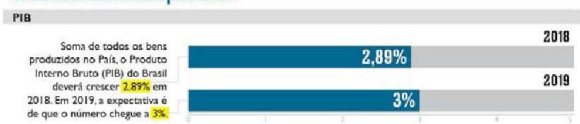
Em seu livro "Diários da Presidência - 1997-1998", segundo volume de suas memórias, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) chegou a admitir que seu governo omitiu o maior problema a abalar as finanças do Brasil durante sua campanha à reeleição no pleito de 1998. Na época, o real estava sobrevalorizado, mas falar nisso poderia causar dano eleitoral ao tucano. Os problemas só foram sentidos no ano seguinte ao pleito, quando os projetos eleitorais das lideranças políticas já estavam consolidados.



LEO MOTTA/ARQUIVO FOLHA



Os números da economia para 2018



Anúncios feitos pelo Governo Temer:



Pensão de R\$ 62 bilhões em dívidas do Refis



Anúncio de R\$ 2 bilhões para os profetas



Pacote de R\$ 42 bilhões para os governadores na área de segurança



Intervenção federal no Rio

Foto: Folha/P1 Hugo Cavallaro

*Fonte: BOC e Austin Rating

Continuação

Planalto contra o crime >

Desde a redemocratização, planos federais foram sendo aperfeiçoados, mas sempre descontinuados

**Collor 1991**

Plano Nacional de Segurança Pública
Carente de dados que o embassem, é pouco conhecido até entre especialistas. Fala genericamente em reestruturar e reaparelhar a polícia, e trata do crime só como problema de polícia

**FHC 2000**

Plano Nacional de Segurança Pública -
O Brasil Diz Não à Violência
Propostas para integrar políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias
> Criação do Fundo Nacional de Segurança Pública

**Lula 2003**

Projeto Segurança Pública para o Brasil
Feito com pesquisadores da área, abordava circunstâncias históricas, condições institucionais e relações sociais violentas; incentivava o policiamento comunitário e propunha a integração da inteligência das polícias
> Estruturação da Força Nacional

**Lula 2007**

Pronasci (Programa Nacional de Segurança com Cidadania)
Articular ações de prevenção e repressão do crime em regiões metropolitanas, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas. Foco em jovens, pobres e egressos de prisões

**Dilma 2012**

Brasil Mais Seguro*
Redução da criminalidade violenta, com melhoria das investigações, do controle de armas e combate a grupos de extermínio; centrado no Nordeste

**Dilma 2015**

Plano Nacional de Redução de Homicídios
Meta de reduzir homicídios dolosos. Foco é atuar nas áreas com índices mais altos, articular Estados e demais Poderes numa política de combate a homicídios e mobilizar a sociedade
> Não saiu do papel

**Temer 2016-2017**

Plano Nacional de Segurança Pública
Reduzir homicídios, feminicídios e violência contra a mulher, modernizar o sistema penitenciário e combater de forma integrada a criminalidade transnacional

*No primeiro governo Dilma, não houve um plano único, mas programas temáticos. Além do citado, houve o Crack, É Possível Vencer e a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), entre outros
Fontes: pesquisadores Renato Sérgio de Lima (FBSP), Sérgio Adorno (NEV/USP) e Isabel Figueiredo (FBSP); e Marlene Inês Spaniol, Martim Cabeleira de Moraes e Carlos Roberto Guimarães Rodrigues



O desafio de não repetir os erros do passado

Enfrentando uma impopularidade de recorde e vendo o fim iminente da sua maior bandeira, a Reforma da Previdência, o presidente Michel Temer (MDB) já esperava ser escanteado do jogo. Contudo, bastou o chefe do Executivo anunciar a intervenção federal no Rio de Janeiro e as medidas bilionárias para criação de um programa nacional de segurança pública, para provocar uma verdadeira reviravolta na narrativa política do País. Diante de imensa dificuldade financeira para trabalhar outras áreas do Governo, restou a Temer investir no tema sensível da segurança, adotando um tom de emergência e combate para justificar "ações drásticas".

Uma missão que, para ser concretizada, precisará ir além do alardeado no anúncio das medidas feitas pelo Governo. Isso porque não se trata de um tema novo para a gestão pública. Todos os presidentes desde a redemocratização lançaram planos ou programas de segurança pública que, apesar de seguirem as recomendações e as boas práticas aplicadas em países desenvolvidos, não sobreviveram ao governo de plantão - mesmo quando o sucessor era do mesmo partido, como no caso de Lula e Dilma Rousseff. O pacote anunciado pelo presidente Michel Temer enfrentará o desafio de não cair no mesmo vão dos seus antecessores.

Segundo o professor Frederico Normanha Ribeiro de Almeida, do Departamento de Ciência Política da Unicamp, a criação do Ministério da Segurança Pública e a proposta de um Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) não são

novidade alguma. "Já havia um órgão responsável por pensar essa área no Ministério da Justiça. O debate sobre a nacionalização da segurança, inclusive, já existiu em condições políticas melhores, com gente muito melhor pensando e executando os projetos. A gente não está vendo nenhum planejamento por parte do governo".

A adoção do fundo de R\$ 42 bilhões para reequipar as polícias nos Estados e a criação do Ministério da Segurança responde aos questionamentos feitos pelos especialistas sobre uma política estruturante para o setor. Para Normanha, foi uma forma fácil de liberar recursos sem receber críticas. "Temos aqui a capacidade de liberar dinheiro num contexto de crise e num ano eleitoral, tendo fracassado na aprovação da Reforma da Previdência. Acredito que Temer é o que menos se beneficia, mas seus aliados poderão retirar frutos dessa manobra", avalia.

Já a intervenção feita no Rio ainda peca pela falta de informação e transparência. O Governo ainda não definiu o orçamento da operação no Rio de Janeiro, avaliando remanejar receitas de outras áreas. "O governo ainda não explicou no que a intervenção se diferencia da Garantia de Lei e Ordem (GLO), que estava vigente no Rio", disse. Na sua visão, as medidas tomadas por Temer soam como um "arremedo de uma situação já muito ruim, fruto da desarticulação de todo histórico de políticas mal sucedidas". Claramente, há um apelo eleitoral que faz parte do cálculo das medidas e da propaganda em cima delas.